

Ulysses coordena os entendimentos para preservar a emenda de Sarney

BRASÍLIA — O Presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, assume hoje ostensivamente a coordenação dos contatos com as lideranças partidárias em busca de uma proposta do Congresso que não desfigure a emenda do Governo que convoca a Constituinte. Ulysses já recomendou ao Relator da Comissão Mista que examina a emenda, Deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), que adie a apresentação do relatório, marcada para o dia 8, a fim de conseguir mais tempo para encontrar uma solução negociada.

Ulysses vai encontrar o PDS e o PFL praticamente unidos em torno da manutenção do projeto original. Os dois partidos admitem alterações, mas desde que não desfigurem os objetivos da emenda do Presidente José Sarney e apenas corrijam omissões.

O Presidente do PMDB encontrará resistência dentro do próprio partido que preside, do PDT e do PTB. O representante do PSB, José Eudes, ameaça articular um movimento de rejeição pura e simples da emenda, para que o Congresso tome a iniciativa de convocar a Constituinte.

Eudes diz contar com a adesão de cerca de 80 Deputados, do PMDB, PDS e PFL, e o apoio integral das bancadas do PDT e PTB. Os líderes Nadyr Rossetti do PDT, e Gastone Righi, do PTB, no entanto, negam o engajamento dos partidos. Righi espera a conclusão dos trabalhos da Comissão Mista para tentar anexar seu projeto de Constituinte e por isso mostrou simpatia pela proposta de Eudes.

O PT queria a eliminação das medidas de emergência, mas a providência já foi tomada: ontem, a Comissão aprovou o projeto que retira as medidas da Constituição. Mas o partido, segundo o Líder em exercício, José Genoíno, não abre mão do apoio à



Ulysses quer aplinar as resistências do Congresso à emenda apresentada pelo Governo

proposta do Deputado Jorge Ueque (PMDB-RS) de ampliação da anistia aos militares e quer separar a eleição da Constituinte da de Governadores. Para o PT, a eleição de Governadores "puxará" a das constituintes, afetando a representação da Constituinte, que seria caudatária da campanha majoritária nos Estados.

O PDT faz uma exigência que é a principal bandeira do partido: a coincidência da eleição da Constituinte com a de Presidente da República.

O Relator Flávio Bierrenbach acredita que se chegará a uma solução negociada, mas, segundo ele, implicará necessariamente a apresentação de um substitutivo, que alteraria a proposta original. Ele pretende incluir em seu relatório os seguintes pontos:

— Delegados constituintes: eleitos pelos partidos com a tarefa exclusiva de elaborar a Constituição. Após a promulgação da nova Carta, seus mandatos seriam extintos.

— Desvinculação das eleições: as eleições para a Constituinte e para os Governos estaduais seriam realizadas em datas diferentes.

— Aumento do prazo de desincompatibilização: os ocupantes de cargos executivos teriam de renunciar até 31 de dezembro para concorrer à Constituinte.

— Prerrogativas e remuneração dos constituintes: estabelecimento na emenda de convocação das imunidades dos constituintes e dos vencimentos dos delegados (os dos Senadores e Deputados já estão fixados).

● O PDT gaúcho anunciou que o Governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, passará a defender a Constituinte exclusiva, porque essa proposta "é melhor do que a da chamada Nova República" (eleição do Congresso com poderes constituintes).

● A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil pretende transformar o dia 12 de outubro — festa de Nossa Senhora de Aparecida — num dia de oração e estudos sobre a Constituinte e a elaboração da nova Constituição. A informação é do Secretário Geral da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida.

Parlamentares rejeitam idéia de referendo para confirmar eleitos

BRASÍLIA — Representantes de todos os partidos na Comissão Mista da Constituinte rejeitaram ontem categoricamente a proposta do jurista Miguel Reale Júnior de submeter a um referendo os eleitos para o Congresso em 86 logo após a elaboração da Nova Constituição. Todos defendem uma Constituinte congressual — à exceção do PDT — e rechaçam a afirmação de que existe um impasse entre a proposta do Executivo e a aspiração da sociedade.

A maioria da Comissão Mista considera a proposta de Reale Júnior absurda e irreal e com um erro grave: violentar a soberania da própria Constituinte. O Senador Marcondes Gade-

lha (PFL-PB) lembra que a fórmula, se adotada, leva ao risco de um outro Congresso — eleito após uma eventual resposta negativa do referendo — desfigurar a nova Constituição, emendando-a sucessivamente.

Dez membros da Comissão Mista ouvidos ontem foram unânimes: a proposta só poderia ter partido de alguém que não é político. O Deputado Israel Pinheiro (PFL-MG) foi mais longe:

— Isso é uma grande besteira, porque não existe impasse, só na cabeça do Bierrenbach (Deputado Flávio Bierrenbach, do PMDB de São Paulo, Relator da Comissão).

Os Deputados João Agripino (PB), Luís Henrique

(SC) e o próprio Bierrenbach, além do Senador Hélio Gueiros (PA), todos do PMDB e da Comissão Mista, são contra a proposta do referendo, assim como o Deputado Bonifácio de Andrada (MG) e os Senadores Aloysio Chaves (PA) e Helvídio Nunes (PI), do PDS e também da Comissão.

O único representante do PDT na Comissão, Deputado Nilton Alves (RS), também é contra a idéia do referendo. Ele admite a consulta apenas para anexar o texto da Constituição, nunca para o julgamento dos mandatos obtidos nas eleições para o Congresso, embora defenda a tese da Constituinte exclusiva.

Relator admite não tocar em anistia se Governo apresentar projeto depois

BRASÍLIA — A possibilidade de a ampliação da anistia ser proposta em projeto de lei do Executivo, e não na emenda que convoca a Constituinte, foi admitida ontem pelo Relator da Comissão Mista que examina a proposta, Deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP).

— Talvez seja o caso de um compromisso político do Governo de mandar uma lei própria. Talvez não seja o caso de incluir a anistia no meu substitutivo — disse.

De qualquer forma, Bierrenbach vem tentando uma solução negociada para a emenda Jorge Ueque (PMDB-RS), apresentada à Comissão que prevê anistia a todos os punidos por legislação revolucionária ou atos derivados de motivação política.

Uma das soluções que estão sendo discutidas é a promoção na reserva dos militares punidos. Um militar punido quando era segundo-tenente, por exemplo, seria promovido a Coronel de reserva —

posto que alcançaria se estivesse na ativa — e receberia o soldo correspondente ao posto.

Segundo o relator, é uma "proposta exploratória", e não há ainda qualquer resposta das autoridades militares ou das entidades que reúnem militares cassados. Bierrenbach afirmou não poder ignorar a emenda Ueque porque a anistia sempre foi defendida pelo PMDB. E disse estar tentando obter um entendimento em torno da questão.

Grupo da Comissão Constitucional faz 'inventário' dos assuntos em debate

BRASÍLIA — O grupo de Brasília da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais reuniu-se ontem pela primeira vez para traçar seu roteiro de trabalho. Na primeira fase, será feito um "inventário" dos temas que a sociedade achar que devem ser objetos de estudo. Sob a presidência do Consultor-Geral da República, Paulo Brossard, o grupo decidiu também aproveitar o fato de estar sediado na Capital para ouvir Embaixadores e Ministros de Estado e dos Tribunais Superiores, além de entidades de classe também com sede em Brasília.

O Secretário-Executivo, Mauro Santayana, explicou que o grupo decidiu não escolher de início algum tema para discussão — ao contrário dos outros grupos — "porque não está preocupado em pensar opinativamente as coisas, mas sim em levantar os problemas". A proposta de fazer em primeiro lugar um levantamento de sugestões foi do advogado Cláudio Lacombe e recebeu o apoio dos demais.

Brossard propôs que o grupo — que tem oito integrantes — procure, ao invés de receber, as pessoas com quem deseja conver-

sar e realize suas reuniões semanais em locais diferentes.

Além disso, o grupo pretende usar a Universidade de Brasília como núcleo de debates sobre a Constituinte, discutindo os diversos temas da Constituição com a comunidade acadêmica e demais interessados. O Reitor da UNB, Cristóvam Buarque, que integra o grupo, embora não tenha comparecido à reunião, comunicou-se com os demais por telefone e deverá apresentar na quarta-feira um plano operacional de utilização da UNB.

Inconveniente

ENTRE AS várias sugestões que surgem a respeito da Constituinte, uma se destaca pela inconveniência: é a que propõe o dia 7 de setembro para a realização das eleições de seus membros.

A DATA é dedicada à comemoração do Dia da Independência e nada justifica que se altere uma tradição já enraizada no espírito popular.

COLOCAR dois acontecimentos tão importantes num mesmo dia significa prejudicá-los igualmente.

A FORÇA da idéia da Constituinte prescinde de metáforas, e o Dia da Independência merece ser — do ponto de vista cívico — o único acontecimento do dia 7 de setembro.

ANC 88
Pasta 10/85-1
025/1985